

ENTREVISTA COM A MINISTRA DA AGRICULTURA

Tendo em conta o atual contexto de pandemia em que vivemos, a Revista “Espaço Rural” entrevistou a Ministra da Agricultura, Maria do Céu Albuquerque. As medidas adotadas pelo Ministério da Agricultura, a resposta dos agricultores e suas organizações, a PAC pós 2020 e o papel económico e social do sector cooperativo agrícola português foram apenas alguns dos assuntos abordados ao longo desta entrevista.”



1. MARIA DO CÉU ALBUQUERQUE – MINISTRA DA AGRICULTURA

1 Que balanço faz das medidas até agora adotadas pelo Ministério da Agricultura na resposta ao Covid-19?

Face a esta pandemia da Covid-19, a prioridade do Ministério da Agricultura é assegurar o funcionamento do sector agrícola e agroalimentar, de forma a garantir o abastecimento alimentar, num contexto de fortes restrições de circulação de pessoas e mercadorias, e ainda mitigar o efeito nos subsectores com quebra da procura, atuar ao nível do apoio económico ao sector e na simplificação de regras de

regulação administrativas. Verificou-se que, genericamente, a produção agrícola e a agroalimentar manteve o seu funcionamento. No entanto, a situação do sector é heterogénea. Enquanto algumas empresas puderam beneficiar da procura inusitada inicial, outras enfrentam constrangimentos severos causados pela suspensão da atividade da hotelaria, restauração e cafetaria, dos mercados de exportação e, ainda, dos mercados locais, como sejam os ligados à produção de flores, de queijos, de vinho, algumas

frutas e hortícolas, e carne – leitões e pequenos ruminantes. Mas é um facto: o sector tem conseguido assegurar o abastecimento alimentar. Foi neste sentido que o Ministério da Agricultura procurou apresentar medidas imediatas para fazer face a qualquer constrangimento que esta pandemia possa trazer ao sector. Apresentámos, por isso, um Plano de medidas excecionais para o sector agrícola, de carácter dinâmico. São mais de 50 medidas já operacionalizadas. O sector está enquadrado num conjunto de



2. MARIA DO CÉU ALBUQUERQUE – MINISTRA DA AGRICULTURA

medidas transversais de apoio à tesouraria, como sejam nas Linhas de crédito Covid-19, e de medidas sociais e de emprego.

Especificamente para o sector agrícola, procurámos criar fundo de maneo através de adiantamentos, que representam 60M€ durante o mês de abril, pedidos de pagamentos do PDR2020, de Programas Operacionais Frutas e Hortícolas e do Programa Nacional de apoio ao sector vitivinícola e antecipar a 16 de outubro, a maioria dos pagamentos diretos (70%) e das medidas de superfície ou animais do Desenvolvimento Rural (85%).

Por outro, procurámos flexibilizar procedimentos associados à relação entre o Ministério e o agricultor como, por exemplo, o prolongamento de prazos de submissão de candidaturas, início e finalização da execução financeira de projetos e o prolongamento do prazo de submissão de candidaturas no PU2020 para 15 de junho.

Face às dificuldades sentidas nos escoamentos dos produtos agrícolas, em particular no pequeno agricultor local, foi estabelecido um conjunto de medidas integradas no âmbito das cadeias curtas na medida LEADER, por forma à promoção e agilização dos canais de comercialização de produtos alimentares locais alargando as possibilidades de escoamento, para

além de mercados locais na medida cadeias curtas do LEADER.

No que diz respeito às cadeias curtas, foi também alargado o âmbito das retiradas de mercado de frutos e hortícolas, framboesa, amoras, mirtilos e morangos e alargado o universo dos destinos admissíveis para os produtos retirados, de modo a que, a par das organizações caritativas, possam também beneficiar, da referida ação, as instituições penitenciárias, as colónias de férias infantis, os hospitais e os lares de idosos.

A par da negociação das medidas Covid apresentadas pela Comissão Europeia, estamos a estudar soluções no sentido de minimizar as perdas que hoje o sector está a sentir. Assim, de acordo com os impactos da Covid-19 no sector, existirão ajustamentos aos instrumentos PAC, nomeadamente no que toca ao PDR2020, de modo a responder, quer aos sectores que conseguiram dar resposta às necessidades de produção alimentar, quer aos que sofreram com a alteração dos padrões de consumo.

Estamos em constante avaliação dos problemas e, por isso, para além do Grupo de Acompanhamento e Avaliação das Condições de Abastecimento de Bens nos Sectores Agroalimentares e do Retalho, criado com o Ministério da Economia e

Transição Digital, foi também constituído, desde o início desta pandemia, um outro grupo informal no Ministério da Agricultura. Este Grupo de Contacto garante um acompanhamento contínuo da situação, a avaliação das questões mais urgentes e a agilização das respostas necessárias.

2 Como avalia a resposta dos agricultores portugueses e das suas organizações a esta crise?

Merece ser realçada a resiliência, revelada pelos trabalhadores e empresários do sector primário e da indústria agroalimentar, perante este contexto profundamente adverso. A crise que estamos a enfrentar, devido à pandemia da Covid-19, forçou-nos a um ajustamento extraordinariamente rápido, com contrações na procura interna e externa, sem possibilidades de ajustamento das produções. Ocorreram também mudanças bruscas nos padrões de consumo de bens alimentares, associadas ao encerramento do canal Horeca e à implementação massiva do teletrabalho, assim como alterações de opções no consumo. Os agricultores mostraram ser resilientes, reinventaram-se e reinventaram a forma como oferecem os seus produtos, como chegam aos consumidores. Mas nem todos conseguiram acompanhar estas exigências inesperadas. Nesse sentido, o Ministério da Agricultura lançou a campanha 'Alimente quem o alimenta'. Uma campanha que pretende, acima de tudo, apelar a um consumo responsável e consciente, de produtos locais, frescos, seguros e de qualidade e, simultaneamente, agradecer a todas e a todos que, diariamente, trabalham em prol do normal funcionamento do sector agroalimentar e da respetiva cadeia de abastecimento. Mediante o acompanhamento próximo da evolução da situação, rapidamente percebemos que era fundamental criar um canal de ligação entre o produtor e o consumidor. O Ministério tem procurado disponibilizar ferramentas que facilitem o escoamento dos produtos e que ajudem os agricultores. Nasceu, assim, a plataforma www.alimentequemoalimenta.pt, a partir da qual qualquer produtor, de forma simples e rápida, poderá efetuar o seu registo para, posteriormente, anunciar os seus produtos e cabazes disponíveis para encomenda/entrega (e condições associadas); e a partir da qual também qualquer consumidor, com conforto e segurança, poderá pesquisar por Conceito e produto (biológico ou não) e, desta

forma, identificar os produtores da sua região e ficar a saber como encomendar os seus produtos. Apostámos ainda numa campanha de distribuição de cabazes de produtos locais feita em articulação com os Grupos de Ação Local. Sabemos, no entanto, que há muito mais a fazer, que não conseguimos ainda chegar a todos e que é preciso criar ainda mais mecanismos para dar resposta ao maior número de agricultores.

Sublinhamos: o Ministério da Agricultura está a estudar novas soluções. Estamos também em contacto e articulação com as grandes superfícies e cadeias de distribuição para reforçarem as suas encomendas junto dos produtores locais, ajudando a fazer o escoamento dos seus produtos. Garantimos igualmente o envio de uma carta a todas as comunidades intermunicipais e à Associação Nacional de Municípios Portugueses, visando garantir cooperação na sensibilização das Câmaras Municipais para a necessidade de reabrir os mercados municipais e locais, mediante o cumprimento das regras de segurança exigidas. O aumento do consumo de produtos locais de época, tem ser o padrão para além da crise pandémica. É, nesse sentido, que o Ministério está já a pensar em novas soluções. O papel da agricultura e dos agricultores e a capacidade de resposta de um País para assegurar alimentos são responsabilidades renovadas.

3 **E, em relação à União Europeia: que avaliação faz do modo como as instituições europeias estão a responder à crise Covid-19, no que ao sector agroalimentar diz respeito?**

Os Ministros da Agricultura dos 27 Estados-membros da União Europeia fizeram uma declaração conjunta, junto da Comissão Europeia, no sentido de assinalar a urgência de implementação de medidas adicionais, designadamente de ajudas ao armazenamento privado e de apoios excepcionais aos sectores mais afetados pela pandemia.

Em resposta, a Comissão Europeia apresentou um novo pacote que inclui medidas de apoio ao armazenamento privado nos sectores dos laticínios e carne, flexibilização nos programas de apoio ao mercado e derrogações excepcionais nas regras de concorrência da UE.

Em termos gerais, este pacote de medidas é positivo e aborda alguns dos aspetos identificados por Portugal, sem prejuízo

de haver necessidades de reforço ou de esclarecimento sobre as medidas propostas. Trata-se de um contributo positivo, mas não definitivo, porque não responde a parte dos sectores com dificuldades, como seja o das flores e da carne de suíno, para além da baixa dotação para apoio à armazenagem privada.

O reforço do papel das cooperativas constitui condição necessária para uma melhor organização do sector agroalimentar nacional, constituindo a CONFAGRI, pela proximidade com os agricultores e produtores, um interlocutor-chave da Administração central junto dos seus associados.

4 **A crise Covid-19, demonstrou que ninguém estava preparado para uma situação desta natureza e desta dimensão. Em que medida esta crise poderá introduzir alterações no que estava delineado para a PAC pós 2020? Que medidas concretas gostaria que fossem revistas ou introduzidas?**

A coincidência entre a negociação do novo quadro de política europeu e esta pandemia vem demonstrar a necessidade de uma reflexão profunda e da existência de instituições fortes com estratégias conjuntas e coesas, baseadas na união e na solidariedade. Não esqueçamos que a Política Agrícola Comum foi criada no pós-guerra, tendo em vista assegurar o abastecimento alimentar e tendo conseguido moldar-se às necessidades e às constantes mudanças da sociedade. Desde o abastecimento alimentar, através de melhorias de produtividade e da garantia de preços acessíveis, esta política permaneceu, sabendo adaptar-se para fazer face a novos desafios: a segurança alimentar, o ambiente e clima, o desenvolvimento rural, as alterações climáticas e, mais recentemente, a saúde e nutrição. Ampliando o papel dos agricultores, parte

da produção alimentar e tem os olhos postos na proteção do ambiente, na garantia da sustentabilidade da agricultura, na gestão do território e na produção de bens públicos. Demonstrando uma capacidade de resposta e de resiliência, assegurando os alicerces para uma agricultura modernizada e inovadora, e cada vez mais tecnológica, pronta para responder aos desafios que se colocaram no passado, aos que se colocam no presente, mas também aos que se colocarão no futuro, que, hoje, mais do que ontem, sabemos incerto – assim se pode resumir o percurso da Política Agrícola Comum. A capacidade de resposta revelada pelo sector agroalimentar em muito se deve à existência de uma Política Agrícola e de um mercado comum. Relembre-se que o primeiro objetivo da PAC é promover a resiliência da agricultura, de modo a garantir o abastecimento alimentar. E, hoje, o desígnio “produção de alimentos em todo o território” ganha ainda mais ênfase, nomeadamente no desenho da futura Política Agrícola. Em suma, perante tantas incertezas, reforça-se uma convicção: é inquestionável o papel da agricultura e dos agricultores na produção de alimentos. E a capacidade de resposta de um País em assegurar alimentos, é uma renovada responsabilidade! Isto num contexto altamente desafiante em que, à semelhança do que aconteceu no âmbito do trabalho que temos desenvolvido na nossa Agenda de Inovação, em que já ouvimos centenas de pessoas que partilharam contributos significativos e importantes para o sector, sentimos e comprovamos que as tendências estão em aceleração. Reparemos em como as tecnologias da digitalização estão em profunda articulação com os mercados, a produção agrícola e agroalimentar, a gestão dos recursos naturais e do território, a relação do Estado com os cidadãos e as empresas, a implementação das políticas públicas.

5 **O PDR 2020 irá ser alvo de uma reprogramação. Quais são as linhas orientadoras para essa reprogramação?**

Na agricultura portuguesa coexistem duas realidades, ambas afetadas pelos efeitos desta pandemia, mas que pedem respostas distintas. Por um lado, uma agricultura com alguma escala e mais intensiva que, efetivamente, tem conseguido assegurar o abastecimento alimentar, mas que, a médio prazo, verá a continuidade da sua

viabilidade económica e, consequentemente, da capacidade do abastecimento do mercado interno comprometida pela diminuição dos proveitos que provinham das exportações. Por outro lado, temos uma agricultura de pequena dimensão, de cariz familiar, que tem um papel essencial na ocupação do território e na coesão social, na produção de produtos locais e tradicionais, que abastece os mercados locais e a restauração e que tem vindo a apresentar dificuldades com impactos substanciais no rendimento dos produtores agrícolas e na sua economia local (raças autóctones, pequenos ruminantes, queijos, etc.). Ambas precisam de uma resposta, pois ambas sofrerão efeitos advindos desta crise!

A flexibilização da PAC, neste contexto, é, portanto, fundamental para a resposta do sector. O Quadro Financeiro Plurianual não está fechado, é de esperar uma transição mais longa para a introdução da nova PAC que se aponta para dois anos, o que significa que a nova PAC, materializada no PEPAC, se iniciará em 2023.

Assim, mediante a avaliação dos impactos da Covid-19 no sector, existirão ajustamentos a curto prazo a efetuar aos instrumentos da PAC, nomeadamente no que toca ao PDR2020, de modo a apoiar quer os sectores que conseguiram dar resposta às necessidades de produção alimentar, quer os que sofreram com a alteração dos padrões de consumo. Neste sentido, flexibilizámos já algumas regras e estamos a proceder a uma análise às medidas de investimento.

6 Como vai conduzir o debate do Plano Estratégico Nacional e qual o calendário previsto para a sua apresentação à Comissão Europeia?

Neste momento, decorre a negociação da regulamentação da futura PAC, a par da negociação do quadro financeiro plurianual para o período 2021-2027.

Prevê-se a continuidade de grande parte dos atuais instrumentos de apoio da atual PAC, nomeadamente o apoio ao investimento para o reforço da orientação para o mercado e aumento da competitividade, ancorados em princípios que acarretam desafios. A elaboração de um plano estratégico único por Estado-membro, que engloba o 1º e o 2º pilares da PAC, tem como principal novidade um novo modelo de avaliação de desempenho, modelo esse, que implica uma maior responsabilização dos Estados-membros quanto aos

resultados em termos de desempenho da PAC e que apresenta uma maior ambição ambiental e climática, presente no Pacto Ecológico Europeu.

Os desafios que marcam a atualidade, nomeadamente os efeitos das alterações climáticas, obrigam-nos a melhorar e a otimizar o uso que fazemos dos recursos e a nossa forma de produzir, sem esquecer a necessidade, crescente e permanente, de garantir o abastecimento de alimentos seguros e de qualidade.

Sendo o sector agroalimentar um dos mais expostos, é de salientar o acréscimo de custos de produção inerentes aos sistemas alimentares, decorrentes de exigências societárias com o ambiente e nutrição, e dos riscos derivados do clima, da volatilidade dos mercados e das barreiras comerciais. A inovação e a disseminação de tecnologias sustentáveis e acessíveis a todos os intervenientes na cadeia agroalimentar são, assim, um meio incontornável para responder aos desafios que se colocam ao sector agroalimentar.

Defendemos, por tudo isto, uma PAC pós 2020 mais justa e inclusiva, preocupada com a preservação dos recursos naturais e que represente uma resposta concertada para a mitigação e adaptação às alterações climáticas, em linha com o Pacto Ecológico e com a estratégia do "Prado ao Prato" (Farm to Fork). Tudo faremos para alcançar um acordo político sobre a PAC e para que este vá ao encontro dos objetivos nacionais para o sector, designadamente no que toca à inovação e transferência de conhecimento, à viabilidade e à competitividade das explorações agrícolas, ao apoio a sistemas agrícolas de importante valor ambiental e climático, ao rejuvenescimento do sector e ao desenvolvimento local. É de referir que este debate é também realizado com todo o sector, nomeadamente através do Conselho de Acompanhamento da PAC, que tem como função a preparação da PAC pós-2020, e onde estão representadas as confederações, peritos externos, representantes da sociedade civil, do meio académico e científico.

7 Como encara o papel económico e social do sector cooperativo agrícola português? Acha que o mesmo poderá ser reforçado com o apoio do Plano Estratégico Nacional?

O reforço do papel das Cooperativas constitui condição necessária para uma melhor organização do sector agroalimentar

nacional, constituindo a CONFAGRI, pela proximidade com os agricultores e produtores, um interlocutor-chave da Administração central junto dos seus associados.

Em termos de expressão económica,

É preciso, antes de mais, destacar o papel da agricultura, dos agricultores e dos produtores, durante esta fase pandémica. Sempre foram essenciais à sociedade, mas hoje, mais do que nunca, revelaram ser peças fundamentais.

salienta-se o facto de, nas 100 maiores Cooperativas nacionais, 77 serem do Ramo Agrícola, representando estas um volume global de vendas de 1.274.496 (mil €) e empregando cerca de 3.530 trabalhadores.

No sector agroalimentar e florestal, as várias dimensões da dinâmica de organização ou de associativismo são forma de promoção da competitividade. Seja na forma cooperativa ou noutra. Por exemplo, na congregação de interesses socioprofissionais, na compra conjunta de fatores de produção, na prestação de assistência técnica a associados, na investigação, na comercialização conjunta, na promoção e na internacionalização ou na gestão de fundos mutualistas. Modelos associativos ou de organização, nas suas diversas formas, permitem desenvolver estratégias de médio e longo prazo, ultrapassando as barreiras existentes à inovação sentidas por pequenas e médias empresas, nomeadamente os custos elevados, a indisponibilidade de capitais próprios e a dificuldade de acesso ao crédito, bem como a fraca disponibilidade de recursos humanos num sector em que proliferam as microempresas.

As Cooperativas agrícolas estão ligadas à história do nosso país. A renovação e a reconversão têm contribuído para melhorar o acesso aos mercados dos agricultores portugueses dentro e fora de portas, contribuindo para a redução de custos na aquisição de fatores de produção. É

preciso apostar na capacitação de uma gestão profissional e olhar-se, cada vez mais, para possibilidades de fusão e de criação de Cooperativas de segundo grau, que representem, efetivamente, ganhos de eficiência nos fins a que se destinam. Aliás, o Programa do XXII Governo atribui importância específica ao restabelecimento do equilíbrio nas cadeias de valor agrícolas, pecuárias e silvo-industriais, uma vez que a tradicional dispersão a montante e a concentração a jusante do sector agrícola, pecuário e florestal conduzem a poderes negociais assimétricos, sendo essencial, para a estabilização dos rendimentos, assegurar relações equilibradas entre os vários operadores na cadeia alimentar. Assim, são três as linhas de prioridade que surgem neste contexto: estabelecer regulamentação incentivadora de boas práticas e impeditiva de práticas comerciais desleais; estimular a criação de novas organizações interprofissionais; promover a concentração da oferta e o reforço da posição dos produtores na cadeia de valor, incentivando as organizações da produção a desempenhar um papel consequente na sustentabilidade das unidades produtivas dos seus associados. As organizações de produtores são um pilar essencial na estruturação do tecido produtivo agrícola nacional, com uma importância relevante na cadeia agroalimentar, possibilitando a criação de economias de escala e de sustentação do poder negocial nas relações comerciais a jusante na cadeia, garantindo, em simultâneo, uma resposta mais célere da cadeia de abastecimento à crescente procura diferenciada de produtos agrícolas por parte dos consumidores. As organizações de produtores são ainda estruturas privilegiadas para melhorar a posição dos agricultores na cadeia agroalimentar, contribuindo para a procura de novos mercados, incluindo mercados externos.

Quanto às Cooperativas, estas são estruturas que, em princípio, contemplam, na sua génese, os princípios orientadores das Organizações de Produtores, sendo necessário apenas demonstrar a sua dimensão mínima e a verificação de regras complementares ao próprio Código Cooperativo para que possam ser reconhecidas ao abrigo da regulamentação europeia e legislação nacional. Dos 110 reconhecimentos ativos de Organização de Produtores a 1 de janeiro de 2016, cerca de 49% (54) dizem respeito a Cooperativas ou Secções Autónomas de

Cooperativas, repartindo-se as restantes por sociedades comerciais por quotas (34) ou anónimas (22). A prevalência da forma jurídica “cooperativa” é muito expressiva em alguns sectores, como o do leite, do azeite, do vinho, e no subsector dos frutos de casca rija.

Na reforma da PAC para o pós 2020, e de acordo com a proposta da Comissão ainda em negociação entre o Conselho e o Parlamento Europeu, as organizações de produtores vêm novamente alargar o seu papel estruturante enquanto veículo único para as chamadas “intervenções sectoriais” propostas, que se poderão materializar em programas operacionais semelhantes aos que existem, hoje, no sector das frutas e dos produtores hortícolas.

O PEPAC dedicará uma atenção particular

É de salientar o papel que a organização da produção teve na resposta a esta crise e que terá na recuperação económica do sector agroalimentar, pelo papel fundamental para o equilíbrio da cadeia de valor, para a competitividade do sector, para disseminação do conhecimento e da inovação.

à organização da produção, elemento central para o reequilíbrio das relações na cadeia alimentar e da competitividade sectorial, o que confere, ao sector cooperativo, um papel da maior importância.

8 Que mensagem gostaria de deixar aos agricultores e às organizações associadas da CONFAGRI?

É preciso, antes de mais, destacar o papel da agricultura, dos agricultores e produtores, durante esta fase pandémica. Sempre foram essenciais à sociedade, mas hoje, mais do que nunca, revelaram ser peças fundamentais. Em breve vamos entrar num processo de transição para um novo conceito de normalidade, e a única certeza que temos é a de que haverá muitas incertezas. Ninguém consegue ainda

ter uma visão clara do que será o futuro, mesmo o mais próximo. Teremos de conseguir tirar algumas ilações, aprendendo com toda a experiência neste contexto atípico. Tudo isto reforça a importância do conhecimento, da aprendizagem, da inovação. Esta descoberta não é nova, antes pelo contrário: já estava em curso a valorização e a implementação destes mecanismos, mas têm de ser reforçadas e temos de ser mais incisivos e claros. Neste sentido, estamos a trabalhar numa Agenda para a Inovação, mediante a qual teremos a definição das orientações para a investigação e inovação na Agricultura, e vamos apostar numa rede que consolide e reforce o ecossistema de inovação agrícola. Estamos a construir esta Agenda apostando num processo participado, que envolveu a realização de oito sessões de auscultações dos vários grupos de interesse no sector agroalimentar, desde as associações de agricultores e empresários em nome individual, até autarcas e escolas profissionais.

Por isso, só podemos estar de olhos postos no futuro, certo do papel que todos os agricultores, produtores e empresários rurais vão ter, graças ao seu empreendedorismo, criatividade e conhecimento, para impulsionar o sector agroalimentar e os serviços conexos. Estejam eles ligados à prestação de serviços à agricultura, à restauração ou ao turismo em espaço rural, terão um papel inquestionável num processo de transição que estará enraizado nos nossos recursos endógenos e produtos de excelência e que responderá às grandes tendências de consumo e às novas dinâmicas que vão emergir. Ou seja, juntos, iremos retomar o percurso que estávamos a trilhar antes desta pandemia. Juntos, iremos alcançar uma Agricultura ainda mais sustentável, competitiva e inovadora.

É de salientar o papel que a organização da produção teve na resposta a esta crise e que terá na recuperação económica do sector agroalimentar, pelo papel fundamental para o equilíbrio da cadeia de valor, para a competitividade do sector, para disseminação do conhecimento e da inovação. ●

Nota:

Esta entrevista foi realizada no dia 4 de maio.